

SUMÁRIO

1. A QUESTÃO AMBIENTAL E AS CONCEPÇÕES ÉTICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE.....	1
1.1. A crise ambiental.....	1
1.2. O antropocentrismo, o ecocentrismo e o biocentrismo.....	3
1.3. As concepções éticas ambientais na Constituição Federal de 1988.....	6
1.4. Questão de concurso público comentada.....	7
2. MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL.....	9
2.1. Definição de meio ambiente.....	9
2.2. Espécies de meio ambiente.....	10
2.3. Definição, autonomia e objetivo do direito ambiental.....	11
2.4. Questões de concursos públicos comentadas.....	12
3. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	15
3.1. Introdução.....	15
3.2. Meio ambiente cultural.....	15
3.3. Meio ambiente natural.....	16
3.4. Meio ambiente artificial.....	16
3.5. Direito intertemporal ambiental.....	16
3.6. A constitucionalização do direito ambiental no Brasil.....	18
3.7. A interpretação constitucional das normas ambientais.....	22
3.8. Histórico das principais leis ambientais do Brasil.....	24
4. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS.....	27
4.1. Federalismo de cooperação.....	27
4.2. Competências materiais ambientais.....	28
4.3. Competências legislativas ambientais.....	30
4.4. Questões de concursos públicos comentadas.....	36

5. PRINCÍPIOS SETORIAIS.....	39
5.1. Definição, funções e tensão	39
5.2. Princípio da prevenção.....	40
5.3. Princípio da precaução.....	41
5.4. Princípio do desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento.....	44
5.5. Princípio do poluidor (ou predador)-pagador ou da responsabilidade.....	47
5.6. Princípio do usuário-pagador.....	49
5.7. Princípio da cooperação entre os povos	49
5.8. Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade.....	50
5.9. Princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção ambiental.....	50
5.10. Princípio da participação comunitária.....	51
5.11. Princípio da função socioambiental da propriedade.....	52
5.12. Princípio da informação.....	53
5.13. Princípio do limite.....	54
5.14. Outros princípios ambientais	54
5.15. Tabela dos princípios ambientais.....	57
5.16. Questões de concursos públicos comentadas.....	58
6. A POLÍTICA NACIONAL E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	63
6.1. Princípios	63
6.2. Objetivos específicos.....	66
6.3. Instrumentos.....	66
6.4. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).....	71
6.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	75
7. O ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	81
7.1. Considerações iniciais	81
7.2. Definição.....	82
7.3. Objetivo geral.....	83
7.4. Competência para a realização.....	83
7.5. Pressupostos.....	84
7.6. Conteúdo.....	84

7.7. Alteração	84
7.8. Regra de transição.....	84
7.9. Zoneamento industrial.....	85
7.10. Questões de concursos públicas.....	87
8. O PODER DE POLÍCIA, O LICENCIAMENTO E OS ESTUDOS AMBIENTAIS	89
8.1. Considerações gerais sobre o poder de polícia	89
8.2. Poder de polícia e taxa	92
8.3. Executoriedade de alguns atos de polícia ambiental.....	93
8.4. Peculiaridades da licença ambiental.....	94
8.5. Revogação e anulação da licença ambiental	98
8.6. Definição de licença ambiental.....	99
8.7. Espécies de licença ambiental	100
8.8. Fundamentos e definição de licenciamento ambiental	101
8.9. Publicidade do licenciamento ambiental.....	102
8.10. Exigibilidade do licenciamento ambiental	102
8.11. Competência para o licenciamento ambiental	103
8.12. Estudos ambientais ou avaliação de impactos ambientais.....	114
8.13. Questões de concursos públicas comentadas.....	122
9. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	129
9.1. Disposições gerais	129
9.2. Áreas de Preservação Permanente (APP'S).....	133
9.2.1. Definição legal.....	133
9.2.2. APP'S do artigo 2.º do CFlo.....	133
9.2.3. APP'S do artigo 3.º do CFlo.....	142
9.2.4. Regime especial de proteção e exploração excepcional ...	143
9.2.5. APP'S instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios	145
9.2.6. A difícil questão da indenizabilidade da vegetação em APP na hipótese de desapropriação	146
9.2.7. Terras indígenas e APP.....	147
9.2.8. Explorações consolidadas em APP.....	147
9.3. Reserva legal (RL).....	149
9.3.1. Definição legal.....	149

9.3.2.	Natureza jurídica	150
9.3.3.	Dimensões.....	150
9.3.4.	Cálculo	153
9.3.5.	Delimitação.....	154
9.3.6.	Regime de proteção e explorabilidade sustentável.....	155
9.3.7.	Obrigação <i>propter rem</i> de reflorestar do proprietário	156
9.3.8.	Desapropriação e indenizabilidade limitada.....	156
9.3.9.	Quadro comparativo entre APP e RL	157
9.4.	Unidades de conservação (UC'S).....	157
9.4.1.	Introdução	157
9.4.2.	Definição legal.....	158
9.4.3.	Criação, extinção, redução e desafetação	158
9.4.4.	Possibilidade de desapropriação da área.....	158
9.4.5.	Requisitos para a instituição.....	159
9.4.6.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC	160
9.4.7.	Grupos: proteção integral e uso sustentável	160
9.4.8.	Zona de amortecimento e licenciamento ambiental em unidade de conservação ou no seu entorno.....	163
9.4.9.	Corredores ecológicos	165
9.4.10.	Mosaico.....	166
9.4.11.	Plano de manejo.....	166
9.4.12.	Limitações administrativas provisórias.....	167
9.4.13.	Taxa de visitação.....	168
9.4.14.	Gestão por OSCIP.....	168
9.4.15.	Compensação por significativo impacto ambiental	168
9.4.16.	Populações tradicionais	171
9.4.17.	Outras disposições.....	173
9.4.18.	Regra de transição.....	173
9.4.19.	Reservas da biosfera	173
9.4.20.	Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.....	174
9.4.21.	Unidades de conservação federais.....	175
9.5.	Áreas ambientais municipais	175
9.6.	Questões de concursos públicos comentadas.....	176

10. AGROTÓXICOS 183

10.1.	Introdução	183
10.2.	Registro	184

10.3. Embalagens	185
10.4. Propaganda.....	187
10.5. Venda.....	187
10.6. Responsabilização civil, administrativa e criminal pela violação das disposições legais	188
10.7. Criminalização de condutas	189
10.8. Questões de concursos públicos comentadas.....	189
11. A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	193
11.1. Abrangência da gestão de florestas públicas	193
11.2. Definição de concessão florestal.....	193
11.3. Objeto.....	194
11.4. Limites	194
11.5. Regras licitatórias especiais	194
11.6. Prazo	195
11.7. Licenciamento ambiental.....	195
11.8. Livre concorrência	196
11.9. Controvérsia sobre a necessidade de autorização do Congresso Nacional	196
11.10. Extinção da concessão florestal.....	197
11.11. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	197
11.12. Serviço florestal brasileiro	197
11.13. Concessão florestal na Flona Jamari	197
11.14. Questões de concursos públicos comentadas	199
12. ÁGUAS.....	201
12.1. Titularidade dominial	201
12.2. A Política Nacional de Recursos Hídricos	203
12.2.1. Fundamentos.....	203
12.2.2. Objetivos.....	206
12.2.3. Diretrizes gerais de ação.....	207
12.2.4. Instrumentos.....	207
12.3. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH	210
12.3.1. Composição e objetivos.....	210
12.3.2. Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	211

12.3.3. Agência Nacional de Águas	212
12.3.4. Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal.....	212
12.3.5. Comitês de Bacia Hidrográfica.....	213
12.3.6. Agências de Água	214
12.3.7. Organizações civis de recursos hídricos	215
12.4. Regime jurídico de utilização da água.....	216
12.5. Infrações administrativas.....	220
12.6. Padrões de qualidade da água	221
12.7. As águas no Código Civil	222
12.8. Questões de concursos públicos comentadas.....	224
13. AR.....	227
13.1. Disposições gerais	227
13.2. Padrões de emissão de gases.....	228
13.3. Queimadas.....	229
13.4. Poluição sonora	231
14. FAUNA.....	235
14.1. Definição	235
14.2. Classificação	235
14.3. Propriedade	236
14.4. Caça.....	237
14.5. Comercialização da fauna silvestre	240
14.6. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca	241
14.7. Proteção constitucional.....	245
14.8. Questão de concurso público comentada	246
15. FLORA.....	249
15.1. Disposições gerais	249
15.2. Reposição florestal	250
15.3. Tutela especial da Mata Atlântica	251
15.4. Tutela especial da Floresta Amazônica.....	264
15.5. Questões de concursos públicos comentadas	265

16. RECURSOS MINERAIS	267
16.1. Propriedade	267
16.2. Competência legislativa	267
16.3. Minas e jazidas.....	267
16.4. Regimes de aproveitamento.....	268
16.5. Licenciamento ambiental.....	270
16.6. Recuperação da área degradada.....	271
16.7. Questões de concursos públicos comentadas	272
17. PATRIMÔNIO CULTURAL.....	275
17.1. Conceito e competência material	275
17.2. Plano Nacional de Cultura.....	277
17.3. Formas de tutela.....	280
17.4. Patrimônio espeleológico	281
17.5. Patrimônio arqueológico ou pré-histórico.....	282
17.6. Registro	283
17.7. Tombamento	288
17.7.1. Definição.....	288
17.7.2. Previsão legal	289
17.7.3. Natureza jurídica	289
17.7.4. Descentralização administrativa.....	289
17.7.5. Competência para instituição.....	289
17.7.6. Competência legiferante.....	290
17.7.7. Objeto.....	290
17.7.8. Espécies.....	290
17.7.9. Tombamento de ofício	290
17.7.10. Tombamento provisório.....	291
17.7.11. Tombamento definitivo.....	291
17.7.12. Procedimento federal.....	291
17.7.13. Registro cartorial	291
17.7.14. Conteúdo da proteção	292
17.7.15. Zona de entorno	292
17.7.16. Conservação e reparação.....	292
17.7.17. Direito de preferência	292
17.7.18. Outras formas de instituição.....	292

17.7.19. Indenização	292
17.7.20. Tombamento constitucional.....	293
17.7.21. Destombamento	293
17.7.22. Infrações administrativas contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	293
17.7.23. Crimes contra o patrimônio cultural	293
17.7.24. Jurisprudência	294
17.8. Desapropriação	297
17.9. Questões de concursos públicos comentadas.....	297
18. PATRIMÔNIO ARTIFICIAL	301
18.1. Disposições gerais constitucionais.....	301
18.2. Estatuto da cidade	302
18.3. Questões de concursos públicos comentadas	303
19. PATRIMÔNIO GENÉTICO	307
19.1. Biodiversidade	307
19.1.1. Previsão constitucional, definição e regulamentação.....	307
19.1.2. Patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e acesso/transfêrencia de tecnologia.....	308
19.2. Biossegurança	314
19.2.1. A pesquisa com células-tronco embrionárias e o direito fundamental à vida.....	315
19.2.2. A pesquisa com Organismos Geneticamente Modifica- dos – OGM.....	317
19.2.3. CÍbio	318
19.2.4. CNBS	318
19.2.5. CTNBio.....	318
19.2.6. SIB	319
19.2.7. Órgãos e entidades de registro e fiscalização.....	320
19.2.8. Responsabilidade civil e administrativa	320
19.2.9. Regras de transição	320
19.2.10. Licenciamento ambiental.....	320
19.3. A situação brasileira.....	321
19.4. Questões de concursos públicos comentadas	322
20. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS	329
20.1. Conceito legal de poluidor	329
20.2. Nexo de causalidade	335

20.3. Natureza objetiva.....	339
20.4. Danos ambientais	346
20.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	350
21. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS	359
21.1. Disposições gerais	359
21.2. Infração ambiental do artigo 70 da Lei 9.605/1998 e sua regu- lamentação	360
21.2.1. Tipicidade e legalidade	360
21.2.2. Sanções administrativas	363
21.2.3. Procedimento	367
21.2.4. Tipos em espécie.....	369
21.2.5. Prescrição.....	370
21.3. Outras infrações administrativo-ambientais	371
21.4. Questões de concursos públicos comentadas.....	374
22. RESPONSABILIDADE CRIMINAL AMBIENTAL.....	379
22.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica	379
22.2. A figura do garantidor.....	386
22.3. A competência para o julgamento.....	387
22.4. A desconsideração da personalidade jurídica	394
22.5. A dosimetria das sanções.....	395
22.6. As penas restritivas de direito das pessoas físicas.....	395
22.7. As penas das pessoas jurídicas.....	396
22.8. Apreensão dos produtos e dos instrumentos do crime ambiental..	397
22.9. A liquidação forçada da pessoa jurídica	398
22.10. Circunstâncias atenuantes e agravantes.....	398
22.11. A suspensão condicional da pena	400
22.12. A iniciativa da ação penal.....	400
22.13. A suspensão condicional do processo.....	400
22.14. A proposta de aplicação de pena restritiva de direitos..	403
22.15. A substituição da pena privativa de liberdade	403
22.16. Sentença condenatória e reparação	404
22.17. O princípio da insignificância	404
22.18. A suposta exclusão da ilicitude pela celebração e cumprimento de TAC.....	408

22.19. Comentário geral sobre os tipos da Lei 9.605/1998.....	409
22.20. Dos crimes contra a fauna.....	410
22.21. Dos crimes contra a flora.....	428
22.22. Da poluição e outros crimes ambientais.....	451
22.23. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural..	467
22.24. Dos crimes contra a administração ambiental.....	473
22.25. Tutela penal do meio ambiente em outras leis	481
22.26. Questões de concursos públicos comentadas	482
23. TUTELA PROCESSUAL CIVIL DO MEIO AMBIENTE	493
23.1. Disposições gerais	493
23.2. Ação individual	494
23.3. Ação civil pública	495
23.3.1. Considerações iniciais	495
23.3.2. Legitimidade ativa.....	496
23.3.3. Legitimidade passiva.....	499
23.3.4. Competência jurisdicional.....	500
23.3.5. Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	504
23.3.6. Regime jurídico da coisa julgada.....	508
23.3.7. Controle difuso de constitucionalidade	514
23.3.8. Pedido	515
23.3.9. Imprescritibilidade da pretensão.....	520
23.3.10. Questões específicas ambientais	521
23.3.11. Outras regras.....	522
23.4. Ação popular	525
23.4.1. Considerações iniciais	525
23.4.2. Legitimidade ativa.....	526
23.4.3. Legitimidade passiva.....	526
23.4.4. Objeto e eficácia da sentença	527
23.4.5. Competência jurisdicional.....	529
23.4.6. Outras disposições.....	530
23.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	531
24. DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL.....	537
24.1. Disposições gerais	537

24.2. A conferência das nações unidas sobre meio ambiente – Conferência de Estocolmo.....	540
24.3. A CITES – convenção sobre o comércio internacional das espécies da fauna e flora selvagens em perigo de extinção.....	542
24.4. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (Rio/1992 ou Eco/1992).....	544
24.4.1. A declaração do Rio	545
24.4.2. A Agenda 21.....	548
24.4.3. A declaração de princípios para o desenvolvimento sustentável das florestas (Carta das Florestas).....	548
24.4.4. A Convenção sobre Diversidade Biológica (Convenção da Biodiversidade).....	548
24.4.5. A Convenção – quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima	552
24.5. Protocolo de Kyoto à Convenção – quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima.....	554
24.6. Acordo de Copenhague.....	557
24.7. Questões de concursos públicos comentadas.....	558
25. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA.....	563
25.1. Introdução	563
25.2. Medidas executórias.....	564
25.3. Princípios	566
25.4. Objetivos.....	566
25.5. Diretrizes.....	568
25.6. Instrumentos.....	570
25.7. Meta brasileira de redução dos gases que causam o efeito estufa...	574
26. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	577
26.1. Introdução	577
26.2. Princípios	579
26.3. Objetivos.....	580
26.4. Instrumentos.....	581
26.5. Classificação dos resíduos sólidos.....	586
26.6. Responsabilidade dos geradores e do poder público	587
26.7. Resíduos perigosos.....	588
26.8. Instrumentos econômicos.....	589

26.9. Proibições.....	590
26.10. Regras de transição.....	591
27. TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL.....	593
27.1. Introdução.....	593
27.2. A ordem econômica ambiental.....	594
27.3. A fiscalidade, a parafiscalidade e a extrafiscalidade a serviço da proteção do meio ambiente.....	595
27.4. A extrafiscalidade como instrumento de realização dos princípios ambientais.....	598
27.5. O princípio da capacidade contributiva como limitador da extrafiscalidade ambiental.....	598
27.6. A releitura do princípio da estrita legalidade.....	599
27.7. A adoção de critérios ambientais pelos estados no repasse de parcela da arrecadação do ICMS aos municípios (“ICMS ecológico”).....	601
28. ASPECTOS JURÍDICOS DA AUDITORIA AMBIENTAL.....	603
28.1. Noções introdutórias.....	603
28.2. Definição.....	604
28.3. Legislação de regência.....	605
28.4. Auditoria de conformidade legal ou obrigatória.....	606
28.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	608
BIBLIOGRAFIA.....	609